



MANIFESTO DOS SARGENTOS DE PORTUGAL AO GOVERNO DE PORTUGAL

A ANS nasceu como projecto, naturalmente na sequência do 25 de Abril, época em que todos os sonhos foram possíveis! Levou anos a concretizar-se e cresceu por entre as dificuldades dum processo raras vezes compreendido pelo poder.

Não podemos, no entanto, ignorar que a semente daquilo que ainda não se sabia o que viria a ser, estava já lançada à terra, aguardando pelo adubo da liberdade para a sua germinação. Na verdade, desde 1891 que os sargentos tinham a consciência das suas necessidades e sentiam na pele o amargo da falta de reconhecimento dos seus direitos. Foram muitos os nossos camaradas, que ao longo de todos esses anos e, com maior insistência, durante os anos da ditadura, alimentaram essa esperança e essa alternativa de fazer dos legítimos interesses dos sargentos, enquanto cidadãos em uniforme, uma bandeira a desfraldar no advento da liberdade!

Foi efectivamente em 2001, com a publicação das Leis Orgânicas nº 3 e nº 4, que o chamado "associativismo militar de cariz sócio-profissional" alcançou a sua carta de alforria, trazendo para o edifício jurisdicional português a real possibilidade dos militares criarem associações de categoria para defesa dos seus legítimos interesses no campo sócio-profissional. Essa real possibilidade, prevista no texto da lei, atribui-lhes, a elas, associações, direitos e obrigações e ainda algumas restrições, que advêm da "condição militar" dos seus associados em potência: - os militares!

Num país democrático e num estado de direito, como se julga que seja Portugal, as leis são propostas, discutidas, aprovadas e publicadas, com o aval do Presidente da República, com o suposto, óbvio e indubitável fim de serem cumpridas e de que o seu objectivo seja alcançado no mais estrito cumprimento da legalidade democrática.

É isto que se espera quando uma lei é publicada! Casos há, em que, por acréscimo da importância de todo o processo cívico que levou à consagração da lei, o seu cumprimento se torna ainda, por razões históricas e de respeito por aqueles que nesse processo foram envolvidos, se esforçaram e sofreram na pele as agruras da incompreensão e da injustiça, mais exigível e emblemática, à luz do respeito que se deve ter por aqueles que tudo deram às causas em que acreditaram!

Queremos com isto dizer que não foi em vão que inúmeros sargentos sacrificaram a sua própria condição de cidadãos e de militares, para conseguirmos estar hoje aqui, em liberdade, com total legitimidade, a pugnar pelos nossos direitos e a ousar obter o respeito pela nossa dignidade, também de cidadãos e de militares! Os nossos camaradas que se sacrificaram pelo sonho que nós conseguimos transformar em realidade, merecem isto e muito mais e merecem igualmente que usemos fazer cumprir a lei que tanto suor e lágrimas custou aos Sargentos de Portugal!

Não podemos igualmente esquecer os apoios que certa sociedade civil sempre emprestou à nossa causa e desses homens e mulheres, instituições e movimentos, teremos sempre um misto de respeito e agradecimento pelo inestimável contributo à nossa causa, afinal a causa do cumprimento cada vez mais completo e justo da liberdade e da democracia!

Por tudo isto, a ANS, que nunca é demais recordar, somos todos nós, Sargentos de Portugal, tem uma responsabilidade acrescida, que muito nos honra, de manter os objectivos, os sonhos e a legitimidade dum projecto, partilhado por muitos cidadãos de mente livre e férrea determinação, ao longo de anos e anos, em todas as áreas da sociedade portuguesa, como um farol que ilumina toda a



nossa acção e que tem por objectivo final a consagração do respeito por aquilo que nos é devido e mais ainda o respeito das instituições, do Estado e dos Governos que o povo elege para melhor o administrarem, pela nossa condição de cidadãos em uniforme, o que pressupõe um tratamento, não de excelência, porque não estamos acima de nada, mas de absoluto respeito pela nossa condição!

A prática de todos os governos até agora confrontados com esta nova realidade tem sido lamentável! Vergonhosa e mesmo desprestigiante para o próprio conceito de democracia ocidental que os nossos governantes tanto gostam de apregoar nos fóruns europeus que tão eruditamente parecem agora querer dominar. A continuada falta de respeito pela legitimidade e finalidade das associações militares deveria ser motivo de reflexão para os políticos que, num dia aprovam e fazem publicar as leis e nos seguintes ignoram, enxovalham e desprezam essas mesmas leis e aqueles que, esforçadamente lutam para que a sua legitimidade seja respeitada e os instrumentos postos á sua disposição, sejam integral e honestamente aceites como ferramentas do muito trabalho que continua por fazer nas áreas sociais, remuneratórias, estatutárias e assistenciais dos militares, que num dia se louvam para logo no outro, serem pura e simplesmente ignorados, menosprezados e amalgamados na enorme sucata dos interesses pessoais, partidários e ideológicos da nova ordem instituída!

Os Sargentos de Portugal estão cansados e até descrentes de ouvir ladainhas aos altos valores das Forças Armadas e de serem abusivamente englobados numa pretensa elite nacional, que nada mais lhes traz do que os inconvenientes dessa bajulação aos olhos dos portugueses, quando nada mais querem ser do que cidadãos honrados e respeitados. Os Sargentos de Portugal dispensam de bom grado esse tipo de adulação semi bacoca e falaciosa, porque não têm, nem nunca tiveram, qualquer pretensão a serem mais do que aquilo que são: - portugueses de alma e coração que querem ser respeitados, como qualquer português que se preze. Não nos venham, por favor, com pretensas e vis ideias de nos afagar o ego por essa via, que nós sabemos muito bem aquilo ao que vimos e porque nos movemos, e "*quão difícil nos temos movido!...*", assim diz o nosso lema!

A ANS não pode, por conseguinte, deixar de vos exortar, Sargentos de Portugal, a manterem-se unidos pela defesa dos nossos interesses. Pelo cumprimento da lei, por parte do Governo de Portugal, pelo respeito da nossa dignidade, que não passa por conceitos despropositados de elites ou do que quer que seja, pelo cumprimento das obrigações do Estado perante os seus cidadãos, pelo apreço que merece o nosso direito a sermos ouvidos e a sermos integrados na efectiva discussão dos problemas que socialmente nos dizem respeito, sem sermos ultrapassados e curto-circuitados por expedientes de outros tempos em que havia quem pensasse por nós, exigisse por nós e pensasse e reagisse por nós!

Hoje os sargentos, os militares em geral, já tem órgãos capazes e legitimamente sustentados que sabem e exigem fazer-se ouvir nos fóruns adequados, de modo a poderem influenciar no bom sentido, as decisões finais, que não podem mais contar apenas com a iluminada mas pouco transparente contribuição daqueles que sendo os responsáveis máximos, não têm, nem a virtude da verdade única, nem a sapiência irrefutável do conhecimento do perfeito!

Os Sargentos de Portugal têm na sua associação, a ANS, uma voz privilegiada e exigem que esta seja ouvida, sob pena de deixarem de entender a legitimidade deste Estado dito democrático que não cumpre aquilo que dele se espera: - o estrito cumprimento das leis!

É tudo o que exigimos!

Vivam os Sargentos de Portugal! Viva a ANS! Viva Portugal!



Lisboa, 04 de Novembro de 2004